

A mediação cultural da informação sobre a “imagem” da mulher nos contos de Marina Colasanti

Cultural mediation of information about the “image” of women in Marina Colasanti’s short stories

Lucilene Aparecida Francisco

Doutoranda em Ciência da Informação pela Universidade Estadual de Londrina; Bibliotecária na Universidade Estadual do Paraná, Apucarana, PR, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7237-674X>

E-mail: lafrancisco08@gmail.com

Luciane de Fátima Beckman Cavalcante

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista; Professora do Departamento de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3314-003X>

E-mail: luciane@uel.br

Terezinha Elisabeth da Silva

Doutora em Multimeios pela Universidade Estadual de Campinas; Analista legislativo em Poder Legislativo da Câmara dos Deputados, Brasília, DF, Brasil.

E-mail: terezinha.elisabeth.silva@gmail.com

Resumo

Historicamente a mulher esteve submetida a uma posição submissa e resignada na sociedade. Esta situação esta que foi largamente reproduzida nos diferentes espaços sociais e culturais. Logo, este artigo busca refletir a respeito das representações da mulher trazidas pelos contos “Para que ninguém a quisesse” (1999) e “Atrás do espesso véu” (2016), da autora Marina Colasanti, na perspectiva da mediação cultural da informação. Para tal construção, parte-se de uma pesquisa exploratória de caráter bibliográfico e descritivo, com abordagem qualitativa e uso da técnica de análise categorial de conteúdo de Laurence Bardin. Como resultado, observa-se que enquanto no primeiro conto a mulher é submetida a um papel de total submissão e resignação, o segundo atribui um novo significado à representação feminina, por meio da criação de uma personagem ativa e questionadora que se opõe ao modelo patriarcal estabelecido, contrapondo a figura anteriormente reproduzida. Assim, embora tragam perspectivas opostas em relação à imagem da mulher, os dois contos analisados são importantes produções informacionais e culturais que demandam uma leitura crítica, que os compreenda a partir de sua interseção com o social e de seus questionamentos da realidade. Por fim, conclui-se que as perspectivas apresentadas pelos contos podem contribuir para a percepção das potencialidades da mulher, quando incluídos em um processo de mediação cultural da informação, comprometido com a análise dialética da realidade, que os tornem capazes de subsidiar o processo de conscientização, resistência e ressignificação do papel da mulher na sociedade.

Palavras-chave: mediação cultural da informação; representação social da mulher; patriarcado; contos brasileiros.

Abstract

Historically, women have been subjected to a submissive and resigned position in society, a reality largely reproduced in different social and cultural spaces. Hence, this paper reflects on the representations of women reproduced in the short stories “Para que ninguém a quisesse” (1999) and “Atrás do espesso véu” (2016) by author Marina Colasanti, based on the cultural mediation of information. For this purpose, a bibliographic, descriptive exploratory research was conducted using Laurence Bardin’s categorical content analysis. While the first tale depicts a woman subjected to total submission and resignation, the second story attributes a new meaning to this female representation by creating an active and questioning character who opposes the established patriarchal model. Thus, although opposite each other regarding the image of women they depict, the two stories analyzed are important informational and cultural productions that demand a critical reading considering their intersection with society and their questioning of reality. Finally, the perspectives presented by the short stories can contribute to unveiling women’s potentialities when included in a process of cultural mediation of information, committed to a dialectical analysis of reality, which allows subsidizing the awareness, resistance, and reframing of women’s role in society.

Keywords: cultural mediation of information; social representation of women; patriarchy; brazilian short stories.

1. Introdução

Os conceitos de mediação emergentes na Ciência da Informação propõem-se a refletir a respeito da produção, disseminação, apropriação e uso da informação numa perspectiva dialética. Nessa concepção, a mediação torna-se uma categoria capaz de contribuir para a complexa dinâmica social de produção de hegemonias e contra hegemonias, a partir da cultura, da comunicação e informação (MARTINS, 2019a). Desse modo, as mediações ocorridas nos diferentes espaços sociais podem tanto reproduzir as ideologias das classes dominantes, como denunciar desigualdades e contribuir para a reflexão, inclusão, conscientização e emancipação dos indivíduos.

O sistema capitalista, caracterizado pela propriedade privada, pelo lucro e pela exploração do trabalho, fundamenta-se na produção e reprodução de uma série de ideologias, as quais sustentam a sua hegemonia por meio da dominação, exclusão e marginalização de determinados grupos sociais. Uma dessas ideologias baseia-se no modelo patriarcal, compreendido como um sistema de dominação dos homens sobre as mulheres, presente em diferentes espaços, “compondo a dinâmica social como um todo, estando, inclusive, inculcado no inconsciente de homens e mulheres individualmente e no coletivo enquanto categorias sociais” (MORGANTE; NADER, 2014, p. 3).

A partir desse modelo, a sociedade atribui ao feminino um lugar secundário, de submissão, cuidadora do marido, do lar e dos filhos, designando-a ao trabalho doméstico, negligenciado e desvalorizado no contexto social (NARVAZ; KOLLER, 2006). Assim sendo, essa condição da mulher na sociedade é denunciada por diferentes meios, dentre eles a cultura e a literatura, que têm <https://www.vunesp.com.br/DPSP2202>, em sua origem, a função de transmitir os valores da sociedade burguesa, mas também de denunciar e questionar problemas sociais diversos; ou seja, “[...] a literatura confirma, nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de viver dialeticamente os problemas” (CANDIDO, 2011, p. 177).

Desse modo, a literatura, acompanhando o avanço da democracia e das lutas dos movimentos sociais, os quais se estabeleceram em defesa dos direitos de grupos historicamente negligenciados da sociedade, em especial das mulheres, têm contribuído para a reflexão e ruptura de estereótipos, visando possibilitar-lhes o alcance de melhores posições na sociedade. A partir dessa compreensão, este artigo busca refletir sobre o papel dos contos literários em relação à mediação cultural da informação estabelecida em torno da representação social da

mulher, verificando a forma como a literatura representa a figura feminina e quais sentidos e significados podem ter essas representações.

Para alcançar tal objetivo, primeiramente foi desenvolvida uma pesquisa exploratória de caráter bibliográfico e descritivo, com abordagem qualitativa e uso da técnica de análise categorial de conteúdos de Laurence Bardin (2016), com o intuito de compreender o conceito e finalidade da mediação cultural da informação na sociedade capitalista e identificar elementos que caracterizem a imagem da mulher, revelando a sua emancipação e/ou denunciando sua subserviência à dominação masculina. Posteriormente, foram selecionados dois contos de autoria de Marina Colasanti: “Para que ninguém a quisesse” (1999) e “Atrás do espesso véu” (2016), presentes nas obras *Um espinho de marfim e outras histórias* e *Contos de amor rasgado*, respectivamente. O primeiro apresenta questões relacionadas ao domínio do homem sobre a mulher e o segundo aos questionamentos apresentados pelo feminino acerca das posições que lhe são impostas, com vistas a libertar-se delas. Os contos representam, portanto, perspectivas distintas utilizadas pela autora para discutir as representações atribuídas ao feminino na sociedade.

Importante considerar que Marina Colasanti é uma escritora contemporânea, reconhecida por abordar questões relacionadas ao universo feminino, posicionando-se fortemente em defesa dos direitos das mulheres. Temática presente em boa parte da sua produção, a qual inclui uma variedade de ensaios, contos e literatura infanto-juvenil. Algumas de suas obras são, inclusive, ganhadoras de prêmios nacionais renomados, como é o caso do livro de poesias *Passageira em trânsito*, vencedor do Prêmio Jabuti¹ em 2010. Dada a relevância da autora nas discussões sobre o assunto, acredita-se que os textos selecionados possam subsidiar o debate acerca das potencialidades da literatura e sua contribuição para mediação cultural da informação, em especial sobre as representações de gênero.

¹ Criado em 1958 e outorgado anualmente pela Câmara Brasileira do Livro (CBL), o Prêmio Jabuti é o mais tradicional e prestigiado prêmio do livro do País, conferindo aos vencedores o reconhecimento do leitor e da comunidade intelectual brasileira (PRÊMIO JABUTI, 2022).

2. Mediação cultural da informação: um conceito em desenvolvimento

A palavra “mediação” tem origem na Antiguidade Clássica, quando era utilizado como meio termo ou termo médio da lógica e da epistemologia nas teorias do conhecimento, na ética aristotélica e no silogismo. O significado original está associado à ação de relacionar duas ou mais coisas, fazendo a intermediação, ou ponte de passagem, de uma coisa à outra, com o objetivo de explicar a relação entre dois elementos de naturezas distintas. Seu desenvolvimento na Filosofia e nas Ciências Sociais está ligado ao sistema dialético construído por Hegel e na dialética materialista histórica de Marx, em que atua como categoria central, conforme apresentado por Martins (2019b).

Na Ciência da Informação, o termo tem sido empregado sob diferentes concepções, que vão desde sua percepção como elo intermediário (terceiro elemento) na produção, disseminação e apropriação da informação (DAVALLON, 2007); como a intervenção de um agente profissional no ciclo informacional, promovendo a aproximação e a interpretação de bens simbólicos (ALMEIDA JÚNIOR, 2009); ou ainda, como elemento integrante da dinâmica complexa da produção de hegemonias e contra hegemonias, a partir da cultura, da comunicação e informação (MARTINS, 2019b).

Embora a origem do termo “mediação”, nessa área, esteja ligada a noções meramente operativas, elas não a compreendem em sua essencialidade, conforme lembram Perrotti e Pieruccini (2014, p. 3) ao apontarem que, nas hermenêuticas de bases idealistas e funcionalistas, o termo era “[...] colocado num papel meramente funcional, instrumental, nos processos de significação”. Na contemporaneidade, as novas leituras dos fenômenos informacionais e comunicacionais, especialmente as trazidas por Vygotski (1991), têm conferido maior centralidade a esses processos, passando a considerá-la intrínseca e essencial à produção e viabilização de sentidos.

Têm ganhado notoriedade, então, os estudos que conceituam mediação como o conjunto de valores, práticas compartilhadas, lugares de cultura e memória que transcendem o cotidiano das trocas; promovendo a articulação, a passagem ou o elo entre as dimensões individual e coletiva no processo de sociabilidade. Assim, tem deixado de ser considerada uma mera transmissão voluntária de ideias, passando a ser compreendida como um processo de interiorização de normas e comportamentos, os quais nos conduzem a adotar certas práticas como se fossem naturais (JEANNERET, 2005).

A partir disso, os objetos culturais são compreendidos como signos e/ou discursos “capazes de produzir deslocamentos intelectuais, emocionais, afetivos [...] e a mediação] como uma ação portadora de sentidos próprios que estão em relação com os sentidos incrustados tanto nos objetos, como nos sujeitos culturais e seus respectivos contextos” (PERROTTI; PIERUCCINI, 2014, p. 8 – 9).

Caune (1999) acrescenta que a mediação se dá em dupla direção, um eixo horizontal, representando as relações pessoais, e outro vertical, apontando um sentido transcendental que orienta as relações longas, permeando um projeto social que extrapola os laços efêmeros, alcançando a produção de sentidos que envolvem a coletividade. Assim, essa ponte não se concretiza como um ato funcional ou de âmbito restrito, mas também no discurso, ato de produção de sentidos que se realiza no campo amplo e dinâmico da cultura (PERROTTI; PIERUCCINI, 2014), os quais resultam da relação intersubjetiva, manifestada pela confrontação e troca entre as subjetividades (CAUNE, 1999).

Nesse aspecto, o conceito passa a ser compreendido a partir das diversas transformações sociais, geradas pela reorganização do sistema capitalista, após a década de 1970, e suas consequentes implicações na vida social, cultural e política, as quais demandam que o “fenômeno” ou “objeto informacional” seja apreendido a partir de tais contextos em que são gerados, com a finalidade de responder às necessidades do capital. Com isso, a mediação passa a ser compreendida como uma “categoria intrinsecamente vinculada aos processos de significação e ressignificação da informação, de produção social dos sentidos e da compreensão epistemológica da informação e da comunicação a partir da cultura” (MARTINS, 2019b, p. 137).

Do ponto de vista da dialética, as questões que envolvem a mediação da informação devem ser pensadas a partir da problemática da hegemonia, a qual se constrói a respeito do objeto informacional na perspectiva da cultura. Assim, enquanto categoria, ela pode aludir a compreensões do real com potencialidades contra hegemônicas e emancipatórias, por meio do pensamento teórico e da práxis dos movimentos sociais pelos quais emergem novas linguagens políticas, que geram melhor distribuição do poder e fortalecimento das lutas, as quais resultam em transformações sociais. Fica evidente, portanto, a necessidade de se apreender as diferentes formas de mediação constituídas no capitalismo, eminentemente conectadas ao desenvolvimento heterogêneo e contraditório desse sistema. Assim, deve ser percebida não apenas sob a ótica dos intervenientes técnicos, semiológicos, materiais e simbólicos das

dinâmicas informacionais, mas “também como articulações reais, vinculadas à economia, à política e à cultura, que produzem e ocultam – dialeticamente revelando – o fulcro da complexa realidade social” (MARTINS, 2019b, p. 152).

Dessa maneira, surge o conceito de “mediação cultural” – categoria inerente ao processo cultural – baseado em uma formulação teórico-metodológica, que reconhece conflitos e contradições da sociedade capitalista e a necessidade de se estabelecer espaços que possibilitem diálogos necessários ao desenvolvimento de ordens culturais mais democráticas e plurais. Nesse aspecto, tal conceito pode colaborar para a criação de novas significações nos contextos de práticas informacionais e culturais, uma vez que permite a reflexão e o questionamento acerca dos elementos simbólicos produzidos e reproduzidos na sociedade, considerando a diversidade e a pluralidade dos espaços públicos, sem silenciar conflitos e vozes discordantes. Configurando-se, então, como um “território discursivo, de embates e possibilidades “[...] de afirmação da esfera pública como instância superior organizadora e legitimadora do campo simbólico” (PERROTTI, 2016, p. 13).

De modo similar, Veillette (2008) destaca que a compreensão do termo mediação cultural deve perpassar a ideia de que a cultura pode levar a transformações sociais e políticas. Para o autor, esse conceito somente se concretiza na medida em que valores, ideias e práticas culturais evoluam do socialmente reconhecido, ou aceitável, para constitutivas de uma identidade comum. A mediação cultural colabora, portanto, com a redefinição de regras sociais, atuando como “mediadora” em uma situação de conflito. Desse modo, a luta social, política ou econômica seria trazida ao contexto do “‘campo’ da cultura para dar voz, para permitir a circulação de um discurso, de valores, de imaginários [...] para ‘amortecer’ o confronto propriamente político” (VEILLETTE, 2008, p. 105).

Cavalcante (2014, p. 1322) argumenta que “[...] a mediação cultural traz à tona a questão das identidades, diretamente relacionadas à produção e à circulação da informação e ao meio em que esse fluxo ocorre”. A referida autora explica ainda que tal mediação ocorre por meio de um “processo de abstração do indivíduo, entrelaçado ao sujeito social, que se funda a partir da inserção na coletividade, muitas vezes manifestadas em ritos, danças, celebrações, e movimentos dinâmicos que justificam a existência do ser social” (CAVALCANTE, 2014, p. 1324).

Ampliando essa compreensão, Perrotti e Pieruccini (2014, p. 1) concebem a mediação como categoria autônoma, atribuindo-lhe:

[...] identidade e lógicas próprias, definidas em relação com as esferas da produção e da recepção de informação e cultura. Tal abordagem, assumindo modelo triádico (mediação-produção-recepção), rompe com compreensões dualistas e mecânicas dos campos da Informação e da Comunicação, mostrando-se heurística, posto que se compatível com a centralidade dos dispositivos de mediação cultural na atualidade.

Ao considerar que os sujeitos sociais constroem suas interpretações do mundo real por meio das relações estabelecidas com elementos culturais, Bezerra e Cavalcante (2020) constroem a noção de “mediação cultural da informação”, como resultado das conexões geradas a partir do acesso e apropriação de informações relativas a determinados elementos simbólicos, como um:

[...] processo para aproximação e interlocução das diferentes formas culturais de compreensão dos fenômenos informacionais existentes nas sociedades. Ou seja, a mediação cultural da informação, ainda que estabeleça interlocução tanto à mediação da informação quanto à mediação cultural, se diferencia ao englobar e propiciar compreensões interculturais dos fenômenos inseridos na lógica dos processos das relações informacionais/culturais que circundam os sujeitos, para além somente de um contato stricto com a informação ou objeto cultural (BEZERRA; CAVALCANTE, 2020, p. 6).

Portanto, ela ocorre a partir da aproximação e interlocução dos sujeitos com os objetos culturais. Além disso, efetiva-se na relação hermenêutica aplicada aos fenômenos informacionais, cujas diretrizes são determinadas pelos elementos que circundam os sujeitos, como um sistema ordenador e criador de sentidos. Nessa perspectiva, a informação funciona como um signo em constante busca de significado a ser estabelecido e apropriado pelos indivíduos a partir de suas vivências e experiências socioculturais (MENDONÇA; FEITOSA; DUMONT, 2019).

Marteletto (2002, p. 102) evidencia que “[...] informação não é processo, matéria ou entidade separada das práticas e representações de sujeitos vivendo e interagindo na sociedade, e inseridos em determinados espaços e contextos culturais”. Portanto, o escopo informacional está além da sua materialidade, residindo também nas trocas simbólicas advindas dos contextos socioculturais entremeados na vida humana. Nesse contexto, pensar a mediação cultural da informação é compreender que a cultura não pode existir fora da constituição da classe dominante e das menos favorecidas, moldando assim um campo de forças em disputa estritamente relacionado à realidade, a qual resulta em práticas sociais que tencionam limites vivenciados pelos sujeitos em sociedade (EAGLETON, 2005).

No contexto ocidental, hegemonicamente, as mediações se revelam agenciadas pelo capitalismo, embora existam para além dele. Tendo em vista o impacto que esse sistema exerce na cultura cotidiana, e, por consequência, nas relações informacionais, volta-se o olhar para as que envolvem a figura da mulher, a partir de contos brasileiros previamente selecionados, enquanto expressões culturais que refletem e denunciam valores sociais hegemônicos.

3. As representações sociais da mulher na literatura

A constituição da sociedade, fundamentada no modelo patriarcal, delimita modelos e espaços específicos para o homem e para mulher, aceitos, internalizados e externalizados pelo coletivo. Essa formatação de masculino e feminino desenvolve relações hierárquicas, aprofundadas por determinações materiais e subjetivas dos sujeitos e da sociabilidade da qual fazem parte. Nesse aspecto, as relações de gênero empreendidas na sociedade são constituídas a partir de símbolos, representações e conceitos normativos que, ao serem reproduzidos nos diversos meios de comunicação e informação, ganham sentido e materialidade, contribuindo para a construção de uma identidade subjetiva e coletiva (MARQUES, 2019).

Lucila Scavone (2008, p. 178) argumenta que “As urgências sociais orientam, em grande medida, os objetos das pesquisas sociológicas. Os estudos feministas brasileiros foram marcados por preocupações com as questões de gênero no trabalho, na saúde, na política e na família”; essas questões são direta ou indiretamente perpassadas por informação e cultura, em processos mediacionais de natureza variada. Sueli Carneiro (2020, não paginado) discorre que “a unidade na luta das mulheres em nossas sociedades não depende apenas da nossa capacidade de superar as desigualdades geradas pela histórica hegemonia masculina, mas exige, também, a superação de ideologias complementares desse sistema de opressão, como é o caso do racismo”, sendo tais sistemas tecidos, cultural e informacionalmente, no seio da sociedade.

Ademais, há mecanismos de exploração e subjugação das mulheres, visto que “o sistema patriarcal-racista-capitalista é um sistema de poder que tem origens históricas, no qual a divisão sexual do trabalho e a reprodução social são elementos essenciais para a compreensão da opressão das mulheres” (SOUZA, 2019, p. 15).

As determinações do capitalismo, intrinsecamente vinculadas ao patriarcado, além de manterem as relações de dominação/exploração das mulheres, intensificam-nas,

marginalizando as mulheres em todas as classes sociais, em especial nas camadas mais pauperizadas. Dessa maneira, apropria-se do trabalho das mulheres em todas as esferas da sociedade, expandindo a extração de mais-valia e refuncionalizando “o modo de exploração das mulheres, as quais desempenham uma jornada intensiva e extensiva de trabalho, dentro e fora da esfera privada”. Configurando-se, assim, não apenas uma divisão social do trabalho, mas também sexual, sem as quais a lógica de produção capitalista estaria comprometida (PATRIARCHA; FORTUNA, 2018, p. 124).

Nessa configuração, a literatura pode assumir uma função meramente utilitária, de entreter as pessoas e transmitir-lhes os valores morais da sociedade capitalista, ou atuar como instrumento de denúncia das desigualdades e da exploração de determinados segmentos sociais, uma vez que é considerada uma manifestação universal da humanidade em todos os tempos. É o sonho acordado das civilizações, fator indispensável de humanização, atuando no subconsciente e inconsciente dos sujeitos. Dessa forma, assume importância equivalente à das formas conscientes de inculcamento intencional, como a educação, tornando-se instrumento poderoso de instrução. Assim, estão presentes na literatura os valores que a sociedade preconiza, ou os que considera prejudiciais, pois “confirma, nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de viver dialeticamente os problemas” (CANDIDO, 2011, p. 177).

Discorrendo a respeito da função da literatura, Candido (2011) destaca sua complexidade e seu papel contraditório, mas humanizador. Ao analisá-la, o autor distingue três faces:

(1) ela é uma construção de objetos autônomos como estrutura e significados; (2) ela é uma forma de expressão, isto é manifesta emoções e a visão do mundo dos indivíduos e dos grupos; (3) ela é uma forma de conhecimento, inclusive como incorporação difuso e inconsciente, sendo seus efeitos resultantes da ação simultânea desses três aspectos (CANDIDO, 2011, p. 178).

Assim, é necessário ter uma visão crítica e compreender da literatura como um canal aberto às denúncias a respeito da reprodução da divisão dos gêneros no meio social, da formação e representação de uma essência feminina e outra masculina. Essas representações são facilmente percebidas em narrativas, as quais atribuem o trabalho situado na esfera pública às pessoas do gênero masculino e as atividades domésticas às do feminino. Sendo, portanto, necessário compreendê-las não como reprodução acrítica da realidade, voltada à naturalização

das desigualdades, mas como um instrumento de conscientização e reflexão da realidade, que podem contribuir para a superação de tal condição (AMARAL, 2004).

Samuel (2002) destaca que a literatura especializa um discurso que provoca e mobiliza o leitor. A imaginação e a ficção problematizam a realidade, apresentando uma nova maneira de vê-la e encará-la. Nesse prisma, as artes – entre elas, a literatura – não são resultado da experiência individual do autor, mas uma construção social que potencializa as experiências do leitor, abrindo-lhe novas alternativas de compreensão da realidade. Assim, a literatura enquanto imaginação do concreto, torna-se também uma força questionadora do real.

Os contos literários podem, então, atuar como instrumentos de denúncia das mazelas da sociedade, levando leitores e leitoras a refletir acerca da sua contribuição para superar tal condição. Nesse aspecto, o principal objetivo da literatura seria promover o debate e o questionamento a respeito dos padrões dominantes, com vistas a transformá-los. Tal perspectiva certamente depende da forma como a mediação cultural da informação é realizada, se são conhecidos os contextos e objetivos dessas produções literárias, assim como as características e valores defendidos por seus autores. Nesse ponto, o profissional da informação, enquanto ator no processo citado, assumiria um papel importante: revelar os contextos de produção, assim como os possíveis movimentos, posicionamentos e objetivos dos autores.

Destacando o papel da literatura na sociedade, Candido (2011) argumenta que, além do conhecimento latente que provém da organização das emoções e da visão do mundo, a literatura dispõe de níveis de conhecimento intencional, ou seja, planejados pelo autor e assimilados pelo receptor de forma consciente. São nesses conhecimentos que “[...] o autor injeta as suas intenções de propaganda, ideologia, crença, revolta, adesão e etc. Nesses casos, a literatura satisfaz [...] a necessidade de conhecer os sentimentos e a sociedade, ajudando-nos a tomar posição em face deles” (CANDIDO, 2011, p. 182).

Diante do exposto, toma-se como referência os contos “Para que ninguém a quisesse” e “Atrás do espesso véu” de Marina Colasanti, para refletir a respeito da mediação cultural da informação acerca da imagem da mulher na sociedade, observando em que medida as representações trazidas por essas produções literárias têm contribuído para a denúncia à submissão do feminino diante da dominação masculina e aos interesses do sistema capitalista, e de que maneira podem se tornar subsídio para o movimento contra hegemônico de emancipação e valorização da figura feminina na sociedade.

4. Percurso metodológico

As análises empreendidas decorrem de uma pesquisa exploratória e descritiva, que traz como delineamento metodológico o estudo bibliográfico e a abordagem qualitativa, com o intuito de descrever sistematicamente a situação, revelando sua estrutura, e proporcionar uma visão geral do fenômeno (RICHARDSON, 2017).

As obras literárias carregam, em sua gênese, a intenção de mediar os posicionamentos das ideias e ideologias de seus autores, seja para denunciar ou legitimar a ordem vigente. Assim, em relação às representações da mulher na sociedade, ganham destaque as obras de Marina Colasanti, por seu “caráter militante, que visa dar a voz à mulher e denunciar uma sociedade que, de certa maneira, ainda é machista e vê a mulher como um ser inferior” (OLIVA, 2011, p. 51). Ao analisar os contos da autora, Monteiro (2009) destaca que nada é gratuito na obra dela, tudo instiga à procura e à descoberta. Os contos tratam do cotidiano, da relação homem/mulher, a partir de ângulos insólitos e inesperados. “Com personagens não nomeados — talvez para melhor servirem de representação para o leitor — os textos são convites à reflexão, ao irreal que representa o mais que real, à linguagem que seduz porque fere” (MONTEIRO, 2009, p. 15).

Desse modo, a contista demonstra o seu “olhar atento sobre flagrantes do cotidiano que, pelo modo como são apresentados, induz a mulher a perceber como vive e como constrói sua imagem a partir da linguagem do outro, sem se dar conta disso” (MONTEIRO, 2009, p. 16).

A seleção dos contos “Para que ninguém a quisesse” e “Atrás do espesso véu” presentes nas obras *Um espinho de marfim e outras histórias* (1999) e *Contos de amor rasgados* (2016) da autora Marina Colasanti, se deu por estes fazerem referência direta às representações sociais da mulher.

As obras literárias selecionadas representam o universo feminino de duas maneiras: i) denunciam o papel de resignação, submissão e subserviência; ii) apontam a necessidade de ressignificação e emancipação da mulher, libertando-a das amarras do patriarcado e de sua condição previamente subjugada. Forma-se, então, duas categorias de análise: a) resignação, submissão e subserviência e b) ressignificação, independência e emancipação.

Os contos selecionados foram abordados de acordo com a Análise Temática Categorical, compreendida como uma variante da Análise de Conteúdo, a qual “se propõe a descobrir os

núcleos de sentido que compõem uma comunicação, cuja presença ou frequência seja significativa para o objetivo analítico visado” (MINAYO, 2010, p. 316). Sua operacionalização se dá pelo desmembramento do texto em unidades ou categorias, segundo reagrupamentos analógicos, assim, a “análise temática é rápida e eficaz na condição de se aplicar a discursos diretos (significações manifestas) e simples” (BARDIN, 2016, p. 101). Dadas essas características, pressupõe-se que a metodologia apresentada seja pertinente aos objetivos propostos.

5. Análise dos contos

Analisa-se a seguir a mediação cultural da informação acerca da representação social da mulher, reproduzida pelos contos selecionados a partir do papel exercido/atribuído às personagens femininas, destacando as duas categorias mencionadas anteriormente.

5.1 Mulher: resignação, submissão e subserviência

Nessa categoria foi analisado o conto “Para que ninguém a quisesse” (1999), que reflete uma condição de resignação e submissão, denunciando a condição subjugada da mulher, voltada aos valores e interesses da sociedade capitalista patriarcal.

Esse conto enfatiza aspectos relativos à autoridade masculina e ao sentimento de posse exercido pelo marido sobre a esposa e a relação hierárquica, na qual o homem assume o papel de dominador, detentor de poder, e a mulher, de dominada e submissa. No texto, para que nenhum outro homem olhasse para a esposa, ameaçando seu domínio, o esposo a submete a um processo de perda de identidade e atributos, conforme o fragmento a seguir:

Porque os homens olhavam demais para a sua mulher, mandou que descesse a bainha dos vestidos e parasse de se pintar. Apesar disso, sua beleza chamava a atenção, e ele foi obrigado a exigir que eliminasse os decotes, jogasse fora os sapatos de saltos altos. Dos armários tirou as roupas de seda, da gaveta tirou todas as joias. E vendo que, ainda assim, um ou outro olhar viril se acendia à passagem dela, pegou a tesoura e tosquiu-lhe os longos cabelos (COLASANTI, 1999, p. 56).

Os verbos de ordem utilizados (“mandou” e “exigiu”) revelam o domínio exercido pelo homem, submetendo sua mulher a uma condição de objeto, receptor passivo de suas ações, as quais, mesmo causando sérios prejuízos a ela, principalmente à sua vaidade e autoestima, são normalizados, pois o homem se vê no direito e, às vezes, é até induzido a agir dessa maneira pelos próprios valores patriarcais incutidos na sociedade. Saffioti (2004, p. 74) complementa que “[...] a sociedade considera normal e natural que os homens maltratem suas mulheres. [...] apontando que] a questão se situa na tolerância e até no incentivo da sociedade para que os homens exerçam sua força, poder e dominação contra as mulheres, em detrimento de uma virilidade doce sensível”.

Nesse sentido, as atitudes autoritárias do marido, expressas no conto, podem ser justificadas pela cultura à qual está submetido. Observa-se que a protagonista, apesar de violentada física e simbolicamente, permanece passiva e submissa, além de aparentar estar conformada com sua condição de inferioridade, uma vez que não apresenta reação ao ser subjugada, pelo contrário, aceita a condição passivamente sem qualquer protesto (OLIVA, 2011). Esse comportamento pode ser justificado pela dependência dela em relação ao companheiro, sendo a obediência uma norma imposta sob a cortina da tradição culturalmente aceita, pois, de acordo com Saffioti (2013), devido à proteção que o homem deveria oferecer à mulher, em virtude de sua fragilidade, obtém dela a colaboração no trabalho e o comportamento submisso, entendido pela família nuclear como dever feminino em relação ao chefe da família.

Pressupõe-se, portanto, que o conto apresenta uma denúncia do quanto a ideologia patriarcal pode levar muitas mulheres a se sujeitarem às relações abusivas em que são violentadas de diversas formas e encararem o fato como algo natural, pois devem aceitar e perdoar sempre. Verifica-se, com base no fragmento analisado, que a relação entre os gêneros, em vez de recíproca, torna-se antagônica; reflexo do patriarcalismo que gera um clima de opressão, em que o masculino tende a sobrepujar o feminino. Com isso, a mulher permanece submetida à condição de servidão e degredo, “tendo sua natureza esvaziada e mutilada ao longo dos séculos” (MIGUEL, 2015, p. 34).

Nessa conjuntura, as próprias mulheres assumem de si uma imagem marcada pelo destino social determinado pelo sexo. Ao jogar com a desvantagem, situam seus alvos em planos pouco ambiciosos. “O medo inconsciente do fracasso reduz suas aspirações e diminui seu ímpeto de realizar” (SAFFIOTI, 2013, p. 30), o que as leva a integrarem-se na sociedade por meio de vias de menor resistência, em campos julgados adequados às suas características, em ocupações pouco promissoras, mal remuneradas e de pouco prestígio, consideradas inadequadas ao homem.

Relacionando as questões trazidas pelo conto ao entendimento da mediação cultural da informação, infere-se que este reflete os posicionamentos e valores da autora, enquanto denuncia a forma como a estirpe em torno das mulheres é criada, promovendo a reflexão crítica acerca dos valores patriarcais que direcionam o modo como se propaga a imagem do feminino.

Esse ponto de vista encontra sustentação nos dizeres de Candido (2011, p. 188), quando afirma que “[...] a literatura pode ser um instrumento consciente de desmascaramento, pelo fato de focalizar as situações de restrição dos direitos, ou de negação deles, como a miséria, a servidão, a mutilação espiritual”. Nesse sentido, a literatura teria um papel de questionar a ordem vigente e propor a reflexão acerca dos problemas sociais, por isso, na visão do autor, corresponde a uma necessidade universal, que deve ser satisfeita sob pena de mutilar a personalidade dos sujeitos, visto que a literatura tem um papel de organizar, libertar a humanidade do caos e, portanto, humanizar.

É importante refletir a respeito das mediações realizadas por este conto, compreendendo-as como elementos que, quando observadas de forma crítica, podem levar o leitor a uma tomada de consciência a respeito do papel da mulher na sociedade. Assim, em vez de funcionar como mecanismos de ajuste social para sustentar o modelo socioeconômico, conforme exposto por Martins (2019a), pode constituir-se em elementos de conscientização e resistência à condição de submissão do “sexo frágil”.

5.2 Mulher: ressignificação, independência e emancipação

Numa perspectiva distinta, o conto “Atrás do espesso do véu” (2016), traz um novo significado à imagem feminina, na qual a personagem assume um papel de protagonista da sua história, de questionadora das questões que lhe são impostas. Essa ressignificação encontra eco no social, nas lutas e reivindicações empreendidas pelas mulheres por novos espaços e representações. E ainda na própria conscientização da mulher, de que a solução de suas depressões e frustrações não está no outro, mas sim na resolução de conflitos interiores, aprendendo a conviver bem consigo mesma, e buscar sua independência emocional e financeira.

A narrativa apresenta a resistência da protagonista aos desafios que lhes são impostos. A rebeldia da personagem se manifesta nas entrelinhas de sua própria consciência de ser quem é. Ao ser prometida em casamento a um desconhecido, ela demonstra resistência ao impedir que seu noivo a veja, escondendo-se atrás do véu, como demonstra o fragmento a seguir:

Este é aquele com quem viverás para sempre”, disse o chefe da caravana à mulher. Então ela pegou a ponta do espesso véu que trazia na cabeça, e com ele cobriu o rosto, sem que se vissem os olhos. Assim, permaneceria dali em diante. Para que jamais soubesse o que havia escolhido, aquele que a escolhera sem conhecê-la (COLASANTI, 2016, p. 37).

A personagem não se sente satisfeita com a imposição do matrimônio, “Ao contrário, ao cobrir o rosto, nega-se a assumir inteiramente o papel que lhe fora destinado. Manifestando sua vontade, repudia o destino que lhe fora imposto [...]” (SANTOS; GARCIA-RODRIGUES, 2017, p. 321). Sua atitude contrapõe, portanto, o comportamento esperado pela sociedade e revela uma mudança na postura feminina, resultado da adoção de uma consciência crítica e de um posicionamento diante dos inúmeros estereótipos impostos e representados no contexto sociocultural.

A narrativa sinaliza, dessa forma, a possibilidade de superação da condição de “incapaz” e “dependente” da tutela de um homem, marido ou não, à qual a mulher, historicamente esteve submetida, em que a sua felicidade pessoal incluía, necessariamente, o casamento, meio pelo qual se consolidava a posição social e se garantia instabilidade ou prosperidade econômica (SAFFIOTI, 2013). Federici (2017, p. 184) ratifica salientando que “O casamento era visto como a verdadeira carreira para uma mulher, e a incapacidade das mulheres de sobreviverem

sozinhas era algo dado como tão certo que, quando uma mulher solteira tentava se assentar em um vilarejo, era expulsa, mesmo se ganhasse um salário”.

Entretanto, é importante refletir que embora o conto supracitado aponte para uma ruptura com os papéis de resignação e submissão socialmente impostos à figura da mulher, também reflete as dificuldades do feminino superar a projeção historicamente constituída a seu respeito como ser frágil, delicado, dependente e sentimental; associada à imagem de mãe e cuidadora do lar e da família. Tais fatos trazidos pela obra revelam a necessidade de reflexão crítica da realidade, que leve ao questionamento dos estigmas sociais, forjados na superioridade e poder masculino (RIBEIRO *et al.*, 2015). Isso implica considerar que os sinais de subversão a esse sistema de opressão, conforme Saffioti (2013, p. 174), estarão de acordo com os:

[...] limites dentro dos quais poderá variar a condição social da mulher de modo a manter o equilíbrio social das sociedades capitalistas [...] o próprio sistema social desenvolve mecanismos através dos quais as tensões possam ser reduzidas ou atenuadas a fim de evitar quer a ruptura do equilíbrio da personalidade feminina, quer a ruptura de seu próprio equilíbrio. A exaltação da mulher enquanto esposa e mãe dedicada, seu encaminhamento para setores de atividades abandonados ou nunca pretendidos pelos homens, o aproveitamento de sua pretensa vocação para atividades que envolvem auxílio ao próximo e tantas outras coisas revelam nada menos do que o esforço da sociedade para conservar-se.

Em outra chave de leitura, Federici (2017) atribui a discriminação e desigualdade de gênero à própria formação do capitalismo, construída sobre diferenças sexuais existentes e (re)construída para cumprir novas funções sociais, tendo como ponto de partida o surgimento da propriedade privada. Nessa conjuntura, o trabalho doméstico não remunerado das mulheres torna-se um importante pilar da produção capitalista, na medida em que é o que produz a força de trabalho. Para a autora, esse mesmo ofício, caracterizado como improdutivo e não remunerado, é responsável por conferir às mulheres uma condição subordinada, uma vez que a dominação masculina está baseada no poder que o salário confere aos homens.

Também é importante considerar que o patriarcado não é um fenômeno estático, pois se molda às diversas conjunturas socioculturais, modificando as expressões nos diferentes contextos sociais. Isso quer dizer que, dadas possibilidades do contexto socioeconômico, se em determinado momento é possível observar mudanças positivas em relação à representação da mulher e conseqüentemente nas suas condições de vida, em outro pode apenas haver uma reconfiguração dos processos de dominação, intensificando ainda mais a opressão e a exploração. Acrescenta-se, ainda, que esta não ocorre sempre da mesma forma, pelo contrário, varia de acordo com a classe, a identidade étnico-racial e as decorrências das conjunturas

históricas, políticas, econômicas e culturais, o que dificulta ainda mais sua percepção, resistência e superação (CAMURÇA, 2007).

Todas essas questões permeiam o processo de mediação cultural da informação, em maior ou menor grau, na medida em que se conecta ao que se constrói e se estabelece no coletivo. Por essa razão, o conto em questão exige uma leitura crítica, que busque compreender os significados das representações, identifique elementos que possam contribuir para a reprodução da ordem social capitalista e encontre meios de ressignificá-los.

6. Considerações finais

Este artigo refletiu sobre a mediação cultural da informação acerca da imagem da mulher, apresentada nos contos “Para que ninguém a quisesse” (1999) e “Atrás do espesso véu” (2016) de Marina Colasanti. Constatou-se que as representações construídas pela autora revelam sua posição crítica em relação ao patriarcado e sua consequente proposta de superação desse modelo de sociedade, a partir das denúncias à condição de subalternidade da figura feminina explicitadas pelas análises empreendidas na primeira categoria. Em relação à segunda categoria, verificou-se que as características atribuídas às personagens, além de destacar <https://www.vunesp.com.br/DPSP2202> em as capacidades e potencialidades do feminino, representam o questionamento e a resistência às condições subalternas historicamente impostas à mulher na sociedade patriarcal.

Entretanto, demonstram também a necessidade de se considerar que as mediações alicerçadas na essência da sociedade capitalista totalizam e circundam um todo internamente relacionado, por isso não devem ser definitivas nem estáticas, ao contrário, devem transformar-se e remediar-se constantemente, buscando envolver a práxis da luta de classes, voltadas à compreensão e transformação social. Dessa forma, as mediações devem ser revestidas por uma vigilância atenta às contradições existentes nas diferentes formas de informação produzidas e disseminadas no sistema capitalista. Tais contradições estão presentes em todos os processos de produção e reprodução social, ajustadas à consolidação das novas fases do capitalismo, utilizando a criação da contra hegemonia para a reprodução da ordem hegemônica, conforme já evidenciado por Martins (2019b).

A partir dessa compreensão, a mediação cultural da informação manifestada nos contos analisados atua em caráter de denúncia à condição de subalternidade da mulher e aponta que a ressignificação do seu papel na sociedade pode, além de contribuir para o processo de conscientização e resistência a tal condição, funcionar como mecanismo de ajuste social, que sustenta o modelo socioeconômico. Este, por sua vez, demanda mão de obra e pessoas com poder de compra, para alavancar o sistema produtivo e garantir a supremacia do modelo capitalista, situação que seria facilitada com a independência da mulher, ao passo que ampliaria o número de pessoas no mercado produtivo. Dessa forma, as novas representações viriam a favorecer as reformas de um sistema de opressão e exploração, com o intuito de ampliar ou satisfazer as necessidades do capital.

O estudo evidenciou também que a cultura, atrelada às coletividades, reflete a socialização, logo, a mediação transita entre as relações tecidas nesse contexto e ressaltam o modo como a mulher deve ser/comportar-se. Dessa forma, as duas categorias analisadas apontam que, embora a visão patriarcal acerca da condição feminina ainda seja muito forte, ela vem sendo, a todo o momento, contraposta e combatida em diferentes espaços culturais, inclusive na literatura, uma vez que esta representa um pensamento, uma ideologia, uma determinada realidade e medeia perspectivas informacionais sobre a imagem da mulher na sociedade.

É com esse movimento de contraposição, que se combate a ideia de submissão/subserviência e se constrói novas representações para o feminino na sociedade. Processo no qual a literatura e a mediação cultural da informação, certamente, exercem um papel central.

Referências

- ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**. Brasília, v. 2, n.1, p. 89-103, jan./dez. 2009. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/01/pdf_9aa58ba510_0007871.pdf. Acesso em: 01 mar. 2022.
- AMARAL, C. I. **Representações do feminino e do masculino nas estórias infantis**. 2004. 197f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba: 2004. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2010/Sociologia/dissertacoes/celena.pdf. Acesso em: 01 mar. 2022.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BEZERRA, A. C.; CAVALCANTE, L. de F. B. Mediação cultural da informação para o reencantamento do mundo. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 25, p. 01-19, set. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2020.e72831>. Acesso em: 20 jan. 2022.
- CAMURÇA, S. Nós Mulheres e nossa experiência comum. **Cadernos de Crítica Feminista**, Recife, n. 0, v. 1, p. 12- 25, dez. 2007. Disponível em: https://soscorpo.org/wp-content/uploads/NosMulheres_e_nossaexperienciacomum_SilviaCamurca2007.pdf. Acesso em: 16 mar. 2022.
- CANDIDO, A. O direito à literatura. In: CANDIDO, A. **Vários escritos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2011. p. 169-193.
- CARNEIRO, S. **Enegrecer o feminismo**: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Recife: Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas – NEABI, 2020. Disponível em: <https://www.patriciamagno.com.br/wp-content/uploads/2021/04/CARNEIRO-2013-Enegrecer-o-feminismo.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2022.
- CAUNE, J. **La médiation culturelle**: une construction du lien social. 1999. Disponível em: <https://lesenjeux.univ-grenoble-alpes.fr/wp-content/uploads/2018/12/04-2000-Caune.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2022.
- CAVALCANTE, L. E. Informação social, solidária e desenvolvimento local. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15., 2014, Belo Horizonte. **Anais [...]** Belo Horizonte: UFMG, 2014. p. 1321-1337. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/18304>. Acesso em: 01 mar. 2022.
- COLASANTI, M. **Contos de amor rasgados**. Espírito Santo: Marzipan, 2016.
- COLASANTI, M. **Um espinho de marfim e outras histórias**. São Paulo: LPM Poket, 1999.

DAVALLON, J. A mediação: a comunicação em processo? **Prisma.com**: Revista de Ciências e Tecnologias da Informação e Comunicação, Porto, n. 4, p 3-36, 2007. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/prisma.com/article/view/2100>. Acesso em: 08 mar. 2022.

EAGLETON, T. **A ideia de cultura**. São Paulo: editora Unesp, 2005.

FEDERICI, S. **Calibã e bruxa**: mulheres, corpo e acumulação capitalista. São Paulo: Elefante, 2017.

JEANNERET, Y. Médiation. In: UNESCO. **La société de l'information**: glossaire critique. Paris: La Documentation Française, 2005. p. 105-107. Disponível em: https://www.diplomatie.gouv.fr/IMG/pdf/Glossaire_Critique.pdf. Acesso em: 18 mar. 2022.

MARQUES, M. F. J. **Questões de gênero na vida de mulheres mães de crianças com deficiência**. 2019. 220 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/28200/1/Quest%c3%b5esg%c3%aanero%20vida_Marques_2019.pdf. Acesso em: 05 mar. 2022.

MARTELETO, R. M. Conhecimento e sociedade: pressupostos da antropologia da informação. In: AQUINO, M. A. **O campo da ciência da informação**: gênese, conexões e especificidades. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2002. p.101-115.

MARTINS, A. A. L. Em torno da mediação: contribuições para fundamentação teórico-epistemológica da categoria nos estudos da informação. **Ciência da Informação em Revista**, Maceió, v. 6, n. 1, p. 4-19, maio, 2019a. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/6010>. Acesso em: 05 mar. 2022.

MARTINS, A. A. L. Mediação: categoria lógica, ontológica, epistemológica e metodológica. **Investigación Bibliotecológica**, Ciudad de México, v. 33, n. 80, p. 133-154. jul./sept. 2019b, Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/pdf/ib/v33n80/2448-8321-ib-33-80-133.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2022.

MENDONÇA, I. L.; FEITOSA, L. T.; DUMONT, L. M. M. Por uma relação cultural com a informação. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 12, n. 2, 2019. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/498>. Acesso em: 05 mar. 2022.

MIGUEL, M. A. F. **Densa tessitura**: uma leitura em contraponto, a visão da academia sobre a produção literária de Marina Colasanti. 2015. 275 f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2015. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/134289/miguel_maf_dr_assis.pdf. Acesso em: 05 mar. 2021.

MINAYO, C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 12 ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MONTEIRO, M. A. A. **Temas e teimas**: o discurso feminino e feminista de Marina Colasanti. Vitória, 2009, 104 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009. Disponível em:

https://repositorio.ufes.br/bitstream/10/3207/1/tese_2931_Maria%20Aparecida%20de%20Ara%C3%BAjo%20Monteiro.pdf. Acesso em: 03 abr. 2022.

MORGANTE, N. M., NADER, M. B. O patriarcado nos estudos feministas: um debate teórico. *In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH – RIO: SABERES E PRÁTICAS CIENTÍFICAS*, 16., 2014, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos** [...] Rio de Janeiro: Casa Oswaldo Cruz, 2014. Disponível em:

http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1399953465_ARQUIVO_textoANPUH.pdf. Acesso em: 05 mar. 2022.

NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. **Psicologia & Sociedade**, Recife, v. 18, n. 1, p. 49-55, jan/abr. 2006. Disponível em: <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wp-content/uploads/2017/10/7-NARVAZ-Martha-Giudice-KOLLER-S%C3%ADvia-Helena.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2022.

OLIVA, A. S. R. **A representação da violência contra mulher em alguns contos de Marina Colasanti**. Londrina, 2011. 127 f. Dissertação (Mestrado em Letras – Estudos Literários) – Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011. Disponível em:

<http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000168372>. Acesso em: 03 abr. 2022.

PATRIARCHA, L. F.; FORTUNA, S. L. A. Ordem patriarcal de gênero, mediação e serviço social. **Ex aequo**, n. 37, p. 113-12, 2018. Disponível em:

https://scielo.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-55602018000100009&lang=pt. Acesso em: 05 mar. 2022.

PERROTTI, E. Mediação cultural: além dos procedimentos. *In: SALCEDO, D. A. (org.)* **Mediação cultural**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2016. p. 6-20.

PERROTTI, E.; PIERUCCINI, I. A mediação cultural como categoria autônoma. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 1-22, 2014. Disponível em:

<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/19992>. Acesso em: 05 mar. 2022.

PRÊMIO JABUTI. **História**. [2022]. Disponível em:

<https://www.premiojabuti.com.br/historia/>. Acesso em: 18 mar. 2022.

RIBEIRO, A. E. M. *et al.* A mulher representada nos livros de literatura infantil contemporâneos: sementes de ideias lançadas para possíveis brotos de reflexão. *In: BRABO, T. S. A. M. (org.)*. **Educação, mulheres, gênero e violência**. Marília: Oficina Universitária, 2015. p. 241-354. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/educacao-mulheres-genero_ebook.pdf. Acesso em: 5 mar. 2022.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAMUEL, R. **Novo manual de teoria literária**. 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

SANTOS E. S.; GARCIA-RODRIGUES, K. A resistência feminina em contos de amor rasgados, de Marina Colasanti. **Cadernos do Instituto de Letras**, Porto Alegre, n. 54, p. 311-330, out. 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/cadernosdoil/article/view/67895/44310>. Acesso em: 27 mar. 2022.

SCAVONE, L. Estudos de gênero: uma sociologia feminista? **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 173-186, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/29766>. Acesso em: 05 mar. 2022.

SOUZA, M. P. de. “**Ricas abortam, pobres morrem, todas sofrem**”: retrocessos, criminalização do aborto e as mobilizações feministas no Brasil em 2015 e 2017. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019. Disponível em: <https://pos.uel.br/ppgsoc/teses-dissertacoes/ricas-abortam-pobres-morrem-todas-sofrem-retrocessos-criminalizacao-do-aborto-e-as-mobilizacoes-feministas-no-brasil-em-2015-e-2017>. Acesso em: 03 abr. 2022.

VEILLETTE, J. Quand la culture fait médiation... **Lien social et Politiques**, Montréal, n. 60, p. 105-115, automne 2008. Disponível em: <https://www.erudit.org/fr/revues/lsp/2008-n60-lsp2511/019449ar.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2022.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

Artigo submetido em: 05 abr. 2022

Artigo aceito em: 01 dez. 2022